

## **O RACISMO BRASILEIRO NA ATUALIDADE: QUAL O PAPEL DA ESCOLA?**

**Profª Juliana Motta de Assis Silva**

Pedagoga formada pela Unicamp e mestre em Educação pela mesma Instituição. Diretora de Unidade Escolar da rede municipal de Paulínia há 17 anos. mottaj816@gmail.com

**RESUMO** – O artigo apresenta uma análise crítica sobre o racismo no Brasil, destacando o discurso negacionista e a falsa ideia de que no Brasil não há racismo ou que, quando denunciado o ato, este parte do próprio negro. Também analisa o papel da escola como mediadora importante para que episódios de racismo deixem de acontecer a partir do desenvolvimento de uma consciência não racista entre os alunos, buscando, a partir desse microcosmo, atingir o macrocosmo social. Nesse aspecto, a formação inicial de professores também precisa ser reavaliada, voltando-se a questões importantes como preconceito e racismo, buscando uma educação mais equânime e democrática.

Palavras-chave - racismo, escola e educação antirracista

**SUMÁRIO** – 1. Introdução; 2. Racismo e negacionismo no Brasil atual; 3. O racismo e a escola; considerações finais.

### **INTRODUÇÃO**

Esse início de século XXI tem sido marcado por inúmeros casos, de grande repercussão nacional e internacional, envolvendo situações de racismo e discriminação contra negros. Dado este contexto, torna-se necessário refletirmos sobre o porquê de tais fatos e como podemos interpretá-los (já que o racismo é uma antiga e dóida ferida presente na nossa história há muito tempo).

É fundamental levarmos em conta que o avanço tecnológico, que nos permite acompanhar e denunciar fatos ocorridos em tempo real, a ampliação e democratização do acesso a meios de comunicação e informação (celulares,

televisores, computadores, etc.), o avanço nas políticas afirmativas para esta parcela da população alcançado no início dos anos 2000 em nosso país (o que aumentou significativamente o número de negros em universidades e em postos de trabalho mais bem remunerados com maior inserção destes em concursos públicos, por exemplo) e o aprimoramento jurídico que visa punir com mais rigor os casos envolvendo este tipo de crime (apesar de observarmos que na prática, tais penalidades são quase inexistentes) contribuíram para que os casos de racismo sejam atualmente muito mais denunciados e debatidos pela mídia, por pesquisadores e pela própria população negra que tem se empoderado de mais conhecimentos acerca dos seus direitos enquanto cidadã. Vale destacar que, mesmo lentamente, é inegável que vimos experimentando certo avanço social para esta população (pelo menos até 2014), sem que, no entanto, isso se reflita ainda em evidente equilíbrio econômico entre negros e brancos brasileiros.

Este artigo pretende fazer uma análise sobre o racismo brasileiro na atualidade, bem como refletir sobre o papel da escola para sua superação.

### **RACISMO E NEGACIONISMO NO BRASIL ATUAL**

As estatísticas comprovam que em 2022, ou seja, 134 anos após a conclusão do processo de abolição da escravatura em nosso país, a maioria dos brasileiros que vive em condições de pobreza ou extrema pobreza é de negros, bem como são eles os que têm mais baixa escolaridade, vivem em condições habitacionais precárias, representam a maior parte da população carcerária e de rua, ocupam postos de trabalho de mais baixa remuneração e qualificação, morrem muito mais em decorrência de ações policiais, têm menos acesso a serviços de saúde e educação, sofrem mais violência obstétrica, possuem maior propensão ao desenvolvimento de doenças incapacitantes e toda uma infinidade de mazelas que coloca essas pessoas na ponta da linha mais distante de uma vida digna e plena de direitos.

Diante de tudo isso, não há dúvidas de que o racismo existe e persiste entranhado em nossa sociedade, todavia, ao mesmo tempo em que tem sido mais amplamente denunciado, também tem sofrido um forte processo de negação e desqualificação por aqueles que propagam o falso mito da

democracia racial (que afirma que no Brasil não há racismo ou que quando denunciado o ato, este parte do próprio negro) ou por aqueles que acreditam e defendem a meritocracia como única forma justa de ascensão social (sendo esta uma das principais justificativas para desqualificar a política de cotas em universidades e que joga sobre o indivíduo toda a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso na vida, sem considerar as condições ambientais onde este indivíduo está imerso, ou seja, sem levar em consideração a diferença no ponto de partida que há entre as pessoas que nascem em famílias ricas ou pobres, ou pessoas brancas e não brancas, por exemplo).

Resumidamente e para usarmos uma expressão coloquial bastante atual, muitos defensores do status quo, tendem a negar a existência do racismo dizendo que nós negros somos cheios de mimimi<sup>20</sup>. No entanto, creio que uma outra justificativa para a desqualificação desta pauta, se dê ainda por um verdadeiro desconhecimento acerca do que efetivamente seja racismo. A filósofa Djamilia Ribeiro em seu livro “Pequeno Manual antirracista” (2019), afirma que, para discutir racismo no Brasil, é necessário fazer um debate estrutural, perpassando pela perspectiva histórica da relação entre escravidão e racismo e suas consequências a partir daí. Segundo a autora:

Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas (2019, p 02).

O professor Silvio de Almeida (2019) conceitua o racismo estrutural como sendo um processo de normalização de ações e relações que colocam o negro em lugares de desprestígio e invisibilidade, ou seja, somos acostumados e convivemos bem com a ausência de pessoas negras em espaços de poder (mesmo que constituamos 54% da população brasileira, segundo dados do IBGE), por exemplo. Naturalizamos a morte de jovens negros de periferia, bem como a violência doméstica contra mulheres negras, além de tantas outras situações em que nossas ações normais (conscientes ou inconscientes) reproduzem o racismo. Ele aponta ainda que o normal é ser “branco” de modo

---

<sup>20</sup> Expressão amplamente utilizada na comunicação informal, com conotação pejorativa e que visa descrever uma pessoa que reclama excessivamente.

que as pessoas não brancas são vistas como fora da norma. Além disso, não refletimos sobre o fato de que o conceito de raça também é uma condição socialmente construída e que, portanto, a “branquitude” como condição de normalidade e de indivíduos naturalmente privilegiados, também é. O mesmo autor (ibidem) ainda discorre sobre o fato de que além de estrutural, o racismo é estruturante e atua mais diretamente em três dimensões: a economia, a política e a subjetividade, garantindo-se deste modo a perpetuação secular do racismo em nossa sociedade.

Diante deste contexto atual, e deste conjunto de forças antagônicas que reconhecem e denunciam os casos de racismo, em contraposição às que acreditam e defendem que este não existe mais, como fica a escola? Qual o seu papel na formação de todos os cidadãos brasileiros, brancos e não brancos? E quais as relações raciais existentes entre os profissionais que atuam nestes espaços?

## **O RACISMO E A ESCOLA**

O primeiro fator a ser considerado é que a escola não é uma instituição a parte da sociedade; ao contrário, ela é imersa no contexto social onde está inserida, ou seja, as experiências vivenciadas fora deste espaço são reproduzidas dentro de seus muros. Assim a escola se constitui como um espaço de reprodução das vicissitudes sociais.

Pierre Bourdieu (2015) pontou que a escola, embora seja reconhecida e valorizada ideologicamente como importante ferramenta promotora de oportunidades de ascensão social, em especial para aquelas pessoas oriundas das classes sociais menos favorecidas, acaba por acentuar as desigualdades sociais, na medida em que reconhece e chancela os conhecimentos considerados legítimos, trazidos de casa por algumas crianças e estas acabam por garantir adequado desempenho escolar enquanto a maioria fica à margem do processo de construção desses conhecimentos. A escola, por esse viés, reproduz os mecanismos de dominação social, sendo esta um dos principais mecanismos de legitimação desta dominação. Assim sendo, não há dúvidas de que as escolas brasileiras, em sua maioria, reproduzem o racismo estrutural ao

qual já nos referimos, contribuindo com a manutenção do status quo, ou seja, com esta sociedade que pouco se altera, perpetuando os privilégios e o poder das pessoas brancas em detrimento da miséria social, econômica, cultural e moral das pessoas negras.

Todavia, torna-se necessário refletir que os mesmos efeitos de maior visibilidade acerca de questões relativas ao racismo observadas na sociedade, também têm sido percebidas nas escolas, de modo que hoje se fala e se pensa mais sobre racismo nas escolas (ainda que as mudanças sociais decorrentes deste processo ainda sejam timidamente percebidas).

Um dos fatores que tem impulsionado essas discussões nas escolas brasileiras é a Lei 10.639 de 2003 que modificou a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação e que insere no currículo oficial a obrigatoriedade do trabalho com a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". É fundamental ressaltar que a promulgação dessa lei ocorreu graças a muitos anos de lutas dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro, e inquestionavelmente representa uma conquista desses atores sociais. No parágrafo primeiro, o texto da lei aponta que o conteúdo programático incluirá a luta dos negros no Brasil, sua cultura e formação da sociedade nacional "resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil"<sup>21</sup>.

Apesar dessa alteração na LDB ter impulsionado e alterado qualitativamente as discussões relativas ao processo de escravização no Brasil (ajudando crianças e jovens a compreenderem que os negros foram escravizados, apesar de todo um processo de resistência, mudando a concepção estática de escravo passivo) sabemos que muitas escolas ainda seguem à margem da lei, ou seja, nada a respeito de história e cultura afro-brasileira é trabalhado. Os argumentos para isso são inúmeros e recaem geralmente sobre a ideia da falta de formação para os professores desenvolverem estes conteúdos e também sobre a própria concepção eurocêntrica de conhecimentos, que foi a base da formação da maioria de nós

<sup>21</sup> [https://www.ceert.org.br/programas/educacao/lei?gclid=CjwKCAiApfeQBhAUEiwA7K\\_UH-ay-c3w5z4JNgPBo-KRiLgxulcXXrEc1ew\\_T\\_kKnTvbkoAag\\_WNKxoCKFIQAvD\\_BwE](https://www.ceert.org.br/programas/educacao/lei?gclid=CjwKCAiApfeQBhAUEiwA7K_UH-ay-c3w5z4JNgPBo-KRiLgxulcXXrEc1ew_T_kKnTvbkoAag_WNKxoCKFIQAvD_BwE)

que hoje atuamos em instituições de ensino, uma vez que só estudamos fatos e conhecimentos produzidos na Europa (em geral, pouco sabemos sobre o continente africano, para além de sua miséria). Fundamentalmente é imperioso observar que a maioria das instituições escolares reproduzem o mesmo racismo estrutural observado em nossa sociedade, ou seja, quanto maior a escala de prestígio e remuneração educacional, menos pessoas negras são vistas. Temos uma quantidade expressiva de pessoas negras ocupando os postos operacionais dentro das escolas, atuando nas cozinhas, na limpeza, nos serviços gerais e no cuidado e auxílio à professores de crianças pequenas. Na educação infantil e no ensino fundamental, ainda vemos uma quantidade muito superior de professores negros do que no ensino médio e/ou técnico. Nos cargos de gestão e nas universidades (em especial nas públicas que são mais prestigiadas) a escassez se faz absolutamente evidente. Isso vale ainda para as áreas educacionais, ou seja, se virmos professores negros em universidades, provavelmente eles serão encontrados nas áreas de humanas em número superior às áreas de exatas, cujo prestígio social tende a ser superior e ainda assim, de acordo com o último censo de 2019, eles são em número inferior a 20% do total de docentes, sendo mais precisamente 16,2%. Considerando que são os professores universitários os formadores dos profissionais que atuarão na base do sistema educacional e que são os gestores escolares que os ajudarão e fiscalizarão sua atuação, visando garantir o cumprimento de leis e adequação aos currículos municipais, estaduais e federais além da condução da construção dos Projetos Político-Pedagógico das escolas, acabamos por compreender porque as questões relativas ao povo negro acabam permanecendo secundarizadas ou marginalizadas, uma vez que como aponta Silvio de Almeida (nós negros é que somos fora da norma).

No meu percurso pessoal como profissional da área de educação, vivi e observei empiricamente todas as situações demonstradas em números. No meu período de graduação em universidade pública havia apenas três pessoas negras, num universo de quarenta e cinco (mesmo sendo um curso de humanas e no período noturno). No grupo de pesquisa do mestrado éramos eu e mais uma. Quando professora universitária de cursos de graduação e pós-graduação fui mais de uma vez confundida com profissionais de outras áreas (auxiliar

administrativo ou bibliotecária) e agora como diretora de escola no município de Paulínia sou também uma das únicas negras, num universo de cinquenta e nove escolas, além de ter que responder frequentemente a membros da comunidade que me perguntam se podem falar com a diretora. Todas essas situações reiteram esse racismo estrutural que normaliza a presença ou ausência de negros em determinados espaços, além de nos trazer mais um conceito, que é o do racismo institucional, que diz respeito às práticas e normas vigentes dentro das instituições e que produzem como consequência tratamentos diferenciados para negros e não negros.

Dentro de instituições escolares, podemos citar como exemplo algumas práticas pedagógicas “comuns” e que culminam nesse racismo institucional. Uma dessas práticas diz respeito à adoção de material didático que só traz a representação de pessoas brancas e sem nenhuma representação positiva de pessoas negras (geralmente os negros nestes materiais só aparecem nas temáticas relacionadas à escravidão e são sempre representados em situações de castigos físicos). Isso acaba por facilitar a adoção de comportamentos discriminatórios e bullying por parte de alunos brancos aos alunos negros, contribuindo para o mau desempenho escolar destes, além dos altos índices de evasão estatisticamente comprovados. Outra prática pedagógica que pode contribuir com esse racismo institucional refere-se à maneira jocosa e estereotipada com que o continente africano pode ser apresentado aos alunos (enfocando exclusivamente em suas contradições sociais, e que acarreta na pobreza de grande parte de sua população, ou na interpretação preconceituosa e equivocada com que a sua religiosidade é apresentada, utilizando-se pejorativamente e de maneira errônea de termos como macumba, mandinga, orixás, etc.).

Apesar desse contexto educacional ainda arraigado em práticas racistas, tal qual o restante das instituições e da própria estrutura social do nosso país, é importante destacar, como já mencionado acima, que nos primeiros anos do século XXI acompanhamos o avanço de várias políticas afirmativas (como a de cotas em universidades públicas) e que têm culminado nesse movimento de reflexão e denúncia de crimes contra os negros, além da inserção destes, ainda que timidamente, em alguns espaços de poder. Sendo a escola parte desta

sociedade, este movimento também tem sido percebido e vivenciado nas instituições de ensino. Hoje há uma preocupação muito mais evidente com os materiais didáticos adotados, com as falas e posturas de seus profissionais e de como essa escola deve se construir para lidar com as novas mudanças e exigências sociais. Muitos estudiosos da área da educação têm se debruçado sobre o conceito de educação antirracista, ou seja, para além de formarmos indivíduos não racistas, nós educadores devemos nos preocupar em formar pessoas antirracistas que são aquelas que compreendem e assumem que nós vivemos em uma sociedade racista e discriminadora, que baseia a relação entre as pessoas pelo tom de pele e pelo lugar social e econômico que elas ocupam e que se preocupa com a formação de indivíduos que possam se colocar contra essa lógica que produz tanta desigualdade. Todavia os teóricos do assunto são unânimes em afirmar que essa deve ser uma política educacional que precisa perpassar tanto o currículo, como os discursos, os raciocínios, as posturas, a cultura e os modos de tratar as pessoas negras. Além disso, essa prática contribui para a valorização da identidade e do percurso histórico dos diferentes povos que formam nosso país e ajuda na construção do sentimento de pertencimento dos negros na escola. Para isso, essa educação (depois de consolidada na formação profissional e pessoal de todos os profissionais que atuam nas instituições educacionais) deve fazer parte do projeto político pedagógico destas e transversalmente dialogar com diferentes disciplinas e diferentes temáticas.

Essa dificuldade é observada quando vemos muitas escolas “cumprindo” a lei 10.639 apenas em novembro, quando se comemora o “mês da consciência negra”, e ainda assim muitas vezes de maneira rasa e pouco embasada, reproduzindo estereótipos (como o do negro que tem talento apenas para o futebol e para o samba), colocando todas as meninas para usarem turbantes nos cabelos (expondo ainda mais a ferida estética atrelada ao cabelo que assombra a formação de todas nós meninas e mulheres negras) e todas as pessoas para vestirem roupas coloridas e comer feijoada (reduzindo a influência do povo africano apenas à culinária). Por isso, é fundamental pensarmos e discutirmos sobre a formação inicial e continuada de todos os profissionais que atuam na educação, de modo que sejamos capazes de olhar, refletir e rever nossas



práticas pessoais e profissionais, porque estas são indissociáveis no que tange a esta temática.

Djamila Ribeiro (2019) aponta que o processo para construir-se como um indivíduo antirracista é longo e por vezes doloroso porque obriga as pessoas a olharem com acuidade para dentro de si, seu entorno, suas crenças e seus privilégios (é fundamental que as pessoas brancas reconheçam seu lugar de privilégio e que justamente por isso racismo reverso simplesmente não existe).

Tal processo de desconstrução não é simples e nem rápido, mas precisa se iniciar ao mesmo tempo em que o processo de construção de identidade, empoderamento e pertencimento começa para nós que somos negros e que durante a vida toda ouvimos que o nosso lugar social de fato devia ser menor, secundário e bastante distante das esferas de poder, justamente porque nos consolidaram no discurso de incapazes, feios (fora dos padrões estéticos considerados adequados, o que culmina em alijamento de oportunidades profissionais e sérios problemas de autoestima para muitos de nós) e perigosos (indivíduos raivosos e que estão sempre atacando pessoas brancas com o objetivo de vingança).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclusivamente podemos afirmar que ainda estamos muito distantes da consolidação de uma sociedade equânime, com oportunidades igualitárias, exercício de cidadania que garanta os mesmos direitos e deveres a todos os brasileiros e livre do racismo e da discriminação de qualquer ordem.

No entanto, é inegável que avançamos e que pelo menos hoje temos caminhos mais evidentes para buscarmos a construção deste ideal de sociedade e isso certamente passa pela escola e pela formação dos futuros cidadãos.

É fundamental que, enquanto cidadãos e especialmente nós que somos profissionais da área de educação, continuemos a defender governos que fomentem e implementem políticas sociais e educacionais afirmativas, garantindo-se aos negros as possibilidades de maior nível de escolarização e melhor qualificação para o acesso a postos de trabalho de maior visibilidade e

possibilidade de tomadas de decisões. Que continuemos a defender empresas que valorizem a diversidade em seus quadros laborais, também garantindo-se maior e melhor empregabilidade ao povo negro. Que dentro das escolas a formação continuada acerca destas questões, seja incessante e extensiva a todos os profissionais que nelas atuam. E, fundamentalmente, que todas as pessoas compreendam que uma sociedade mais justa e equilibrada traz benefícios e garante melhor qualidade de vida a todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, sociais ou religiosas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. Ed. Jandaíra, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Editora Vozes, 16ª edição, 2015.

BRASIL, **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_**MEC** Resultados finais do Censo Escolar 2019 estão disponíveis Disponível online em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/84011-inep-divulga-resultados-finais-do-censo-escolar-2019>. Acesso em 01 de março de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível online em <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 01 de março de 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Ed. Companhia das Letras, 2019.